

A questão da dívida externa

Os países desenvolvidos devem compreender que o endividamento externo dos países em desenvolvimento é um problema político e não apenas de um problema econômico ou de natureza financeira. Essa é a posição do presidente da Argentina, manifestada recentemente e que vem engrossar o pensamento de quase todos os demais dirigentes dos países endividados do Terceiro Mundo.

Na prática, por parte dos credores, o quadro possui uma outra tonalidade. Os organismos internacionais e os banqueiros estão analisando (caso a caso) a dívida de cada país e finalizando acordos na medida das suas respectivas conveniências. Os melhores exemplos são a própria Argentina e o México.

Não devem ser desconsideradas nesses esforços, promovidos por credores e devedores, as recentes elevações das taxas de juros internacionais, que coincidem com um momento de retração dos investimentos estrangeiros na região, notadamente no Brasil, com redução das exportações (em alguns casos motivada pelo protecionismo) e perdas provenientes de queda de preços nas exportações de matérias-primas.

Feitas essas considerações, entendo oportuno analisar a questão da importância de se buscar uma solução para a dívida externa brasileira, tendo em vista que a mesma representa um ponto de estrangulamento para a solução dos problemas econômicos vividos pelo país.

Nesse contexto, parece-me válido registrar que reação dos exportadores brasileiros (definida como cautelosa) em relação ao superávit de US\$ 520 milhões de balança comercial em abril demonstra que não é um resultado favorável (e que esperam não seja um fato isolado) que irá modificar os programas de exportação das empresas, baseados na realidade de que o prazo de maturação entre o estabelecimento de uma meta e seu cumprimento muitas vezes ultrapassa um exercício. Ou seja, aumentar o volume de exportação, para o empresário, significa disputar e conquistar novos mercados. Quem atua no setor sabe que não é uma tarefa fácil, em decorrência do sistema complexo e acirrado de competição existente no mercado mundial de produtos, como os que ora são produzidos pelo Brasil (que vão desde farelo de soja até aviões).

Vale recordar que no período de vigência da euforia do Plano Cruzado, no ano passado, o país perdeu parte significativa de seus mercados, como foi o caso da carne, para atender o consumo interno. Retomar o mercado perdido de qualquer produto é um processo demorado, e em alguns casos torna-se mais difícil do que conquistar novos espaços.

O sucesso da meta do governo, que pretende atingir no corrente ano o superávit de US\$ 8 bilhões na balança comercial, passará necessariamente pela reativação dos financiamentos externos (linhas de crédito), que dependem, por sua vez, da renegociação da dívida.

É quase desnecessário registrar que o ritual da renegociação da dívida começa com a abertura de conversações com os credores, em especial da aceitação do Fundo Monetário Internacional como auditor das contas brasileiras. Parece-me oportuno ainda que seja dada uma demonstração inequívoca do desejo de se encontrar uma solução para o problema, na qual poderia, como proposta, ser incluída na pauta das discussões a suspensão da moratória e a transformação de parte da dívida em investimento de risco.

Em síntese, a solução para alterar o desempenho econômico do país e evitar os traumas da recessão é a volta ao mercado externo, a curto prazo. Esse retorno ao mercado externo tenderá aquecer a economia (ativando a produção e criando empregos), bem como reduzirá a pressão sobre as contas externas, além de permitir que as importações imprescindíveis ao funcionamento dos diversos segmentos da economia sejam realizadas sem obstáculos.